

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A repartição da competência administrativa em matéria ambiental antes da Lei Complementar n. 140/2011 .....</b>	<b>7</b>
1.1 A competência administrativa em matéria ambiental antes da Lei Complementar n. 140/2011 .....	7
1.2 Competência fiscalizatória e sancionatória antes da Lei Complementar n. 140/2011 .....	11
1.3 Competência licenciatória antes da Lei Complementar n. 140/2011 ...	22
1.3.1 Interpretação literal do art. 23 da Constituição Federal .....	24
1.3.2 Aplicação da Lei n. 6.938/81 .....	26
1.3.3 Aplicação da Resolução n. 237/97 do CONAMA .....	33
1.3.4 Aplicação do critério da titularidade da área ou do bem.....	42
1.3.5 Interpretação à luz dos princípios constitucionais de repartição de competência .....	48
<b>2 A repartição da competência administrativa em matéria ambiental na Lei Complementar n. 140/2011 .....</b>	<b>53</b>
2.1 A Lei Complementar n. 140/2011 .....	53
2.3 Competência sancionatória na Lei Complementar n. 140/2011.....	64
2.4 Competência licenciatória na Lei Complementar n. 140/2011 .....	74
2.4.1 Licenciamento ambiental em um único nível .....	76
2.4.2 Competência licenciatória da União.....	87
2.4.3 Competência licenciatória dos Estados .....	111

2.4.4 Competência licenciatória dos Municípios .....	112
2.4.5 Competência licenciatória do Distrito Federal .....	113
<b>3 A Competência administrativa em matéria ambiental dos municípios na Lei Complementar n. 140/2011 .....</b>	<b>115</b>
3.1 A necessidade da regulamentação da competência administrativa dos Municípios em matéria ambiental.....	115
3.2 O reconhecimento da competência administrativa dos Municípios pela Lei Complementar n. 140/2011 .....	123
3.2.1 Atividades localizadas em unidades de conservação municipais exceto APA.....	128
3.2.2 Atividades de impacto ambiental de âmbito local segundo a definição do COEMA.....	129
3.3 Inconstitucionalidade da alínea a do inciso XIV do art. 9º da Lei Complementar n. 140/2011 .....	132
3.3.1 Desrespeito à autonomia dos Municípios.....	136
3.3.2 Desrespeito ao princípio da separação dos poderes .....	144
3.3.3 Desrespeito ao princípio da legalidade e ao princípio da reserva legal .....	147
3.3.4 Falta de legitimidade dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente .....	148
3.4 O interesse local: em busca da definição da competência municipal ...	150
3.5 A jurisprudência do STF.....	156
3.5.1 A ADI n. 6288/CE.....	156
3.5.2 A ADI 2142/CE .....	160
3.5.3 A ADI 4.757 .....	162
3.6 As condições materiais para o licenciamento ambiental municipal.....	167

<b>4 Reflexos da Lei Complementar 140/2011 .....</b>	<b>175</b>
4.1 Poder de polícia do Instituto Chico Mendes.....	175
4.2 A Lei Complementar 140/2011 e a cobrança da TCFA.....	183
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>189</b>
<b>Referências.....</b>	<b>191</b>